

Qualificação profissional e controle social: o drama dos jovens na busca por formação

Resultado de investigação finalizada

GT18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Rejane Gomes Carvalho
Wanderleya dos Santos Farias
Ana Adelaide Guedes Pereira Rosa Lira
Edilane do Amaral Heleno

Resumo

Neste trabalho, busca-se compreender a política de qualificação profissional no Brasil, por meio do PNQ e o PlanTeQ-Paraíba, como proposta de inclusão social e de formação profissional e cidadã. Apesar de participantes no processo de reprodução de riqueza, os trabalhadores vivenciam a desqualificação, flexibilização e instabilidade no trabalho, como consequência do capitalismo contemporâneo, alterando a capacidade dos sujeitos em criar vínculos sociais pelo trabalho. Para enfrentar o problema do emprego, o Estado estimula ações que atuam na intermediação e formação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, visando a reinserção social e profissional dos trabalhadores. Atender as necessidades da qualificação profissional e, ao mesmo tempo, promover a formação cidadã dos sujeitos é um dos principais desafios da política pública.

Palavras-chave: Qualificação profissional. Participação. Jovens. Cidadania.

Introdução

O processo de reestruturação produtiva e a necessidade presente de qualificação profissional sobre os trabalhadores têm contribuído para gerar fortes pressões no segmento dos jovens que se encontram em formação para o mercado de trabalho e sobre os que já estão ocupados e buscam a sua permanência na condição de empregados. Este artigo busca analisar o comportamento de educandos em cursos de formação profissional, no âmbito da política de qualificação profissional no Brasil, particularmente, no estado da Paraíba, a partir do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Territorial de Qualificação - PNQ/PlanTeQ, que têm como estratégia relacionar a qualificação profissional e a formação cidadã dos sujeitos num contexto de desinserções.

A qualificação profissional, enquanto necessidade de adaptação da força de trabalho aos novos padrões tecnológicos vem acompanhada de forte conteúdo ideológico que tende a individualizar e responsabilizar o trabalhador por sua condição de excluído e de não qualificado, minimizando a natureza excludente do capitalismo. O avanço frenético da técnica cria a necessidade de qualificação para a força de trabalho e, do mesmo modo, um contingente de indivíduos que não mais servirão ao processo produtivo. A nova ordem econômica global, pautada na flexibilização da produção e na desregulamentação do trabalho, tem contribuído para o surgimento de novos comportamentos, mentalidades e valores, alterando as subjetividades dos trabalhadores a pretexto da maior competência e produtividade. O mercado de trabalho apresenta um modelo de “trabalhador flexível” capaz de desenvolver a postura de sujeito “proativo”, “competente”, “adaptável” o suficiente para ser instruído diante das exigências do mercado, apto a mudar de função e de lugar quando for necessário. Este é um

“trabalhador flexível”, não somente no trabalho, mas também nos valores, de forma a naturalizar as mudanças do seu tempo, acreditando ser mais autônomo e senhor de suas decisões.

O sentido político da organização do trabalho e a consciência social com ele criada, se desfaz com a noção do “trabalhador flexível” que tem como meta principal manter o seu emprego no momento “agora”, relegando a segundo plano a reivindicação política por melhores condições de trabalho e garantia dos direitos sociais, enquanto exercício de sua cidadania. A relação entre Estado e sociedade é também remodelada, pois novas demandas sociais são criadas em função do desemprego e da pobreza. As políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, a partir dos anos de 1990 no Brasil, agregaram às ações de intermediação e formação de mão-de-obra e a preocupação com a inserção social pelo trabalho, embora tenha incorporado o caráter do individualismo e das competências na formação do trabalhador.

Diante destas problematizações, buscou-se analisar como os jovens educandos se percebem mediante a questão da qualificação profissional. Quais as estratégias desenvolvidas para buscar uma formação profissional que lhes proporcione inserção no mercado de trabalho; e, qual o alcance da relação entre a qualificação profissional e a formação cidadã proposta nos cursos de qualificação.

A pesquisa foi realizada no período compreendido entre 2003 e 2010, tendo como principal orientação metodológica a observação participante nos cursos profissionalizantes e a realização de grupo focal. Também foi realizada pesquisa direta por meio de entrevistas com gestores, executores e educandos, nas cidades de João Pessoa e Cabedelo, procurando investigar a relação desses sujeitos com a política de qualificação profissional tratando-se, especialmente, da questão da percepção e participação dos educandos na gestão e execução da política pública.

1 Política pública como construção social

Quanto ao processo de construção social do PNQ/PlanTeQ, fez-se necessário procurar resgatar as motivações que marcaram a concepção da qualificação profissional, para que fosse pensada, enquanto uma política pública, como expressão da relação entre o Estado e a sociedade, num contexto em que as relações produtivas vêm sofrendo transformações e que novas relações de trabalho vêm sendo formadas.

Pelos depoimentos levantados, observou-se que este programa de qualificação profissional precisou ser remodelado, criando novas articulações institucionais para dar corpo ao projeto de preparar e adaptar a força de trabalho frente às necessidades do mercado. Como consequência, o processo social de sua construção tornou-se muito mais amplo do que parece, exigindo um diálogo permanente entre governo, empregadores e trabalhadores, o que não impediu que tivesse havido confronto nesta trajetória, uma vez que se formou uma arena em que os interesses representavam divergências históricas de grupos sociais, disputas de lugares e poderes, exigindo sempre o desenvolvimento de novas armas e estratégias de luta, como ficou claro nas entrevistas, especialmente, dos representantes dos trabalhadores. Pelo que foi posto, o espaço que se formou nas reflexões, como caracterização desse processo social de construção da política pública, se fez extremamente rico e complexo ao considerar o seu desenvolvimento, desde o momento da concepção até o da execução.

A concepção do PNQ foi fundamentada, teoricamente e metodologicamente, sob princípios éticos e políticos que idealizavam uma sociedade mais justa, partindo do pressuposto de que os sujeitos poderiam ter consciência e autonomia política para interferir e decidir sobre o rumo da política pública, levando a um modelo ideal de participação. Contudo, a efetividade destes princípios não deixou de sofrer interferências políticas, uma vez que foram gestadas enquanto relações sociais, historicamente demarcadas e que, por isso mesmo, se modificavam a todo instante, reproduzindo valores e posturas conservadoras ao mesmo tempo em que também podiam expressar avanços como parte da prática do diálogo social. Assim, compreende-se que os impasses verificados entre a forma de conceber os

programas e a de executá-los, são próprios deste momento de construção enquanto processo social, tendo em vista que seus princípios norteadores, definidos globalmente, vêm se confrontar com as realidades particulares de ordem política e social, considerando, ainda, que a sua execução ocorre na dimensão local.

Pelo que foi apreendido das falas dos entrevistados, no tocante à execução do PNQ/PlanTeQ, no estado da Paraíba, observou-se certo distanciamento dos gestores públicos com os princípios que regiam este programa. A gestão do programa priorizou o encaminhamento dos procedimentos técnicos referentes à sua execução como parte das “exigências” institucionais do Ministério do Trabalho, sob pena de o estado perder recursos importantes para a formação da oferta de trabalho, num território pobre, o que, politicamente, soaria como fato imoral e caracterizaria irresponsabilidade social do gestor.

A respeito da postura política dos gestores públicos, prevaleceu um discurso de modo a enfatizar questões gerais e mensagens de efeito facilmente assimiladas pela sociedade, enquanto propondo-se contribuir com a “inclusão e justiça social”, confiando aos sujeitos a capacidade de serem “agentes de transformação e ação social”, como expressão de sua condição cidadã. Os informes revelaram que este discurso mostrou-se vazio de significado político, no instante em que continuou flagrante a dificuldade da participação dos sujeitos na construção e execução do PlanTeQ no estado, seja pelas amarras dos procedimentos burocráticos, seja pela ausência de “instrução” dos representantes dos conselhos de trabalho e emprego, dos poderes sedimentados e pela desmotivação política desses sujeitos. Na prática, constatou-se que as articulações com o setor privado, geralmente, foram feitas de forma descuidada, sem a realização de um estudo sério das demandas dos municípios e das executoras responsáveis por ministrarem os cursos. Este problema pôde ser relacionado às falhas e às ausências na atuação dos conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego, manifestando as lacunas no processo de controle social da política pública de emprego e do PNQ/PlanTeQ.

Durante os treze meses¹ em que foi realizado o acompanhamento das reuniões do CETE-Paraíba, constatou-se a dificuldade enfrentada para reunir os membros do conselho, devido à falta de quórum e de assiduidade dos conselheiros, sendo este um problema recorrente. Observou-se que o Conselho Estadual de Trabalho e Emprego (CETE) caminhou sofregamente e, apesar do empenho pessoal de poucos membros, as suas ações têm se resumido a atender às exigências formais e burocráticas do PlanTeQ, sem que avaliações e discussões mais qualitativas apareçam como práticas permanentes de suas ações. Durante a pesquisa (2009 e 2010) registrou-se a realização de apenas dois seminários de avaliação do PNQ/PlanTeQ-Paraíba, sem que nenhum encaminhamento tenha sido efetivado como medida de correção e aperfeiçoamento do programa e nenhum curso de formação de conselheiros ou de educadores tenha sido realizado.

Os depoimentos sinalizaram que, apesar das dificuldades demonstradas pelos representantes da sociedade civil, em dialogar no espaço do conselho, os seus integrantes reconheceram a necessidade de aproximação e revitalização dos conselhos municipais, admitindo a desarticulação e a instrumentalização política, em prol de interesses particulares, no âmbito destes espaços de participação. Contudo, ao longo do trabalho de pesquisa, os conselheiros do CETE demonstraram que, as falhas no funcionamento dos conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego, transcenderam os aspectos burocráticos e operacionais, referentes à execução dos programas de emprego, tratando-se também de questões político-partidárias, que contribuíram para o não enfrentamento das dificuldades. Estes impasses foram percebidos, especialmente, nas relações institucionais entre os governos estadual e municipais no momento em que os coordenadores dos programas encontravam dificuldade de penetração em alguns municípios, por seus gestores declararem-se opositores do governador em exercício na época. Esta postura reafirmou, fortemente, a existência de interesses eleitoreiros, disputas

¹ De novembro de 2009 a dezembro de 2010.

político-partidárias e ranços de uma cultura política conservadora, como característica da permanência das oligarquias e dos paternalismos no estado, traços estes tradicionalmente presentes na cultura política local. Observou-se, então, que além das dificuldades relacionadas aos procedimentos formais, atinentes à execução do PlanTeQ na Paraíba, o diálogo entre os gestores vem sendo prejudicado, também, por estes elementos subjetivos da política, dificultando o processo de construção democrática da política pública (Ianni, 1986 e Martins, 1997).

Mesmo com as ausências e a falta de conhecimento sobre os princípios e objetivos do PNQ/PlanTeQ, por parte de alguns conselheiros, de um modo geral, todos concordaram não ser fácil encaminhar uma política pública de qualificação profissional no estado da Paraíba, uma vez que a inserção social e profissional vem se mostrando bastante complexa e exigindo a integração de outros programas sociais para a sua efetividade, o que ainda se apresentava como uma tarefa ignorada pelo governo, pois não se verificaram estratégias reais para esta integração. É preciso que os cursos sejam oferecidos com o sentido de formar pessoas aptas para o mercado de trabalho e em condições de exercer cidadania e que não sirvam apenas como “passa tempo” ou “fazer por fazer”. Todavia, reconhece-se a necessidade de exercitar a participação propositiva dos representantes dos vários setores da sociedade civil no sentido de construir socialmente um projeto de desenvolvimento que atenda a todos os segmentos sociais, sem beneficiar somente os já privilegiados.

Outro elemento marcante, confirmado no processo de construção e execução do PlanTeQ na Paraíba, foi relativo a dificuldade de participação do segmento dos trabalhadores nos conselhos de trabalho e emprego, como se alguma fissura na relação entre representante e representado tivesse se criado sem que os sujeitos se dessem conta disso. É como se a identidade pelo trabalho houvesse se rompido, não se vendo mais sentido naqueles que lutam por uma vida que contenha o trabalho como valor, o que só ratifica a desconstrução dos lugares sociais definidos a partir deste, em função da expansão da acumulação flexível, o que remete às considerações de Harvey (2006), com consequências políticas irreversíveis sobre a organização dos trabalhadores, como bem destacaram Nogueira (2005) e Santos (2002). A conquista desse espaço democrático de direito exige uma postura participativa diferente por parte dos sujeitos, que precisam estar atentos com os procedimentos burocráticos e com a legislação, concomitante ao conhecimento das armadilhas do poder, construídas entre aqueles que se encontram em disputa, conforme aludido por Teixeira (2001).

Faz-se necessária uma adaptação dos trabalhadores ao novo formato de participação que surgiu no contexto do trabalho flexível, assim como o seu reposicionamento mediante a fragmentação do trabalho, sob pena de deixar um assento vazio e, mais do que isso, um vazio político nos espaços de participação já construídos, como discutido por Nogueira (2005). Sem uma reorientação das estratégias das práticas dos trabalhadores, o exercício da participação da sociedade civil estará incompleto, por se fazer apenas do assentimento de decisões que são orientadas pelos conhecedores da legislação e da burocracia. Sendo assim, é importante reconhecer que a participação se encontra em fase de recriação.

2 A face dos educandos do PlanTeQ-Paraíba: o mercado de trabalho e a qualificação profissional

As questões apresentadas para o grupo focal na turma de hotelaria (alimentos e bebidas), realizado na cidade de Cabedelo, manifestaram a compreensão de que o mercado de trabalho encontrava-se “difícil”, sendo que o maior problema detectado foi a forte concorrência entre os trabalhadores e a exigência de experiência por parte dos empregadores para se ingressar no primeiro emprego. Diante disso, alguns alunos declararam o desejo de que houvesse mais incentivo para a colocação dos jovens e para o primeiro emprego. Apesar de demonstrarem certa dificuldade em verbalizar as suas opiniões sobre o tema da qualificação profissional, quando estimulados a falar sobre a importância deste elemento em suas buscas por trabalho, todos reconheceram a relevância em

fazerem cursos profissionalizantes para ter “conhecimento”, se “atualizar” e poder “competir” no mercado de trabalho.

Os educandos demonstraram o sentimento de que a qualificação profissional é importante para conseguir um emprego, mas apresentaram dificuldade quanto a expressar esta ideia. Todos os alunos que passaram pelo grupo focal, declararam já ter feito, pelo menos, dois ou mais cursos profissionalizantes, não apresentando, necessariamente, uma ligação direta entre eles no sentido de aprofundar os conhecimentos em uma única área. Dentre os cursos mais citados pelo grupo estavam: inglês básico, espanhol básico, desenho artístico, atendente de farmácia, atendimento ao cliente, recepcionista, informática básica, designer, turismo básico, meio ambiente, cozinheiro, depilação, entre outros.

Para os educandos, somente a qualificação profissional não foi vista como suficiente para encontrar emprego, uma vez que apontaram a existência dos casos de favorecimento pessoal, do “quem indique” e dos “arrumadinhos”, tornando a concorrência ainda mais acirrada para os que pretendiam entrar no mercado de trabalho, principalmente, para os que buscavam o primeiro emprego. Puderam-se reconhecer, com clareza, os ranços clientelistas, evocados por Cohn (2000) e Santos (1987), ao analisar a interferência destas práticas autoritárias nas políticas públicas, inibidoras de uma inserção política mais expressiva dos sujeitos. Os ranços do paternalismo e do assistencialismo contaminaram as ações do poder público de modo a fazer predominar o descrédito, por parte dos sujeitos vulneráveis socialmente, sobre a seriedade e a efetividade dos programas sociais, como se estes se destinassem apenas aos pobres e, por isso, assumindo um caráter assistencialista e sem o comprometimento dos gestores, conforme, ainda, as reflexões de Silva, Yasbek e Giovanni (2006).

Sem fazer nenhuma crítica, a respeito das dificuldades de inserção, apresentadas pelo mercado de trabalho, afirmaram ser importante fazer vários cursos, porque isso aumentaria as chances de encontrar um emprego. Mas, quando perguntados sobre o porquê, mesmo com tantos cursos, ainda não terem encontrado uma ocupação, apesar de, inicialmente, permanecerem em silêncio, confessaram depois que não bastava “fazer cursos por fazer”, era preciso buscar as suas vocações, “coisas que combinam com você”. A partir destas colocações, foi possível perceber que os cursos realizados não foram suficientes em preparar os educandos para o mercado de trabalho, fato que os obrigava a fazer vários cursos, até o momento de se encontrarem em condições para desempenhar um trabalho. Observou-se, ainda, uma crítica indireta, de que o conteúdo dos cursos não correspondeu às demandas dos educandos, contrariando suas expectativas quanto à preparação para o mercado de trabalho e, assim, induzindo-os a assumir a responsabilidade de não estarem suficientemente preparados.

A partir destas colocações, ficou a compreensão de que muitas pessoas se matriculavam para aproveitar a oportunidade de fazer mais um curso profissionalizante ou para ocupar o tempo livre, mas não tinham uma estratégia definida para se qualificar profissionalmente, deixando-se envolver pela ilusão de que o esforço em fazer cursos, nas mais diversas áreas, iria lhes proporcionar, de algum modo, certo reconhecimento.

O sentimento de independência, ainda apareceu como algo distante para este grupo, embora tenha manifestado o desejo de uma autonomia financeira dos pais ou do marido, mas, como algo que podia esperar, até aparecer uma oportunidade de trabalho que oferecesse condição para isso. Ficou parecendo que a situação de desempregado e de dependente financeiro da família, por parte dos educandos, não incomodava demasiadamente, por compreenderem que este era um momento passageiro. Todavia, também não contribuiu para o desenvolvimento de estratégias que os levassem a um futuro profissional menos mutável e mais equilibrado financeiramente.

Considerando a investigação por meio da entrevista direta com alguns alunos do curso de recepção e atendimento, observou-se certa congruência da apreensão destes alunos em relação aos educandos do curso do PlanTeQ, quando perguntados sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional, para aqueles que compuseram o grupo de até 24 anos. Prevaleceu a dificuldade em

identificar, claramente, o porquê do mercado de trabalho ser “difícil” e o entendimento sobre a qualificação profissional em suas vidas. Ficou o sentimento e o reconhecimento a respeito da necessidade de qualificação, de se fazer “cursos e mais cursos”, mas, sem uma estratégia bem traçada e nem a focalização sobre uma linha que definisse melhor uma única profissão.

A partir das colocações dos educandos no grupo focal, de um modo geral, não reconheceram ter recebido nenhum tipo de estímulo externo ou da família para que procurassem fazer cursos ou buscassem uma profissão. Houve o predomínio de um comportamento despreocupado com o próprio futuro, sem também haver uma responsabilização individual pela sua condição de desempregado, inicialmente contrariando a postura de um trabalhador flexível e competitivo, conforme aludido por Paiva (1995). Embora os educandos não tenham demonstrado uma preocupação marcante com as dificuldades e as exigências impostas pelo mercado de trabalho, em suas falas, pôde-se observar que a busca pela qualificação profissional afirmou-se como de responsabilidade individual, expressando os valores neoliberais que defendem uma postura proativa e empreendedora dos sujeitos, como se referiu Manfredi (1998). Por outro lado, colocaram-se de forma pouco confiante, parecendo desconhecer o processo de competitividade, cada vez mais agressivo entre os próprios trabalhadores, exigindo destes uma atitude mais dinâmica na aquisição ou atualização de habilidades para o trabalho. Pareceu que o processo mais amplo de desinserções e de transformações, em torno das condições exigidas para a inserção profissional, não foi captado pelos educandos, uma vez que tenderam a naturalizar as dificuldades na sua posição de desempregado e na sua busca por formação e por trabalho.

Apesar desse comportamento naturalizado e pacificado dos educandos em relação a sua situação no mercado de trabalho, não deixaram de admitir as vantagens de procurar uma qualificação profissional, pois reconheceram as melhores condições de competitividade para aqueles que faziam cursos profissionalizantes. Prevaleceu o entendimento sobre a necessidade de fazer vários cursos, porque somente estes poderiam proporcionar mais “conhecimento” e melhorar a relação pessoal com os outros colegas, um requisito considerado importante pelos educandos na sua preparação para enfrentar um ambiente de trabalho. Neste aspecto, consideraram os cursos necessários, por contribuir para torná-los pessoas mais desinibidas e sociáveis, o que representava um problema muito frequente para alguns indivíduos, no momento de submeterem-se às entrevistas de emprego.

Apesar de reconhecerem a importância da qualificação profissional, os educandos não demonstraram uma visão crítica, a respeito dos conteúdos destes cursos estarem realmente preparando o sujeito para exercer uma profissão. Além disso, não conseguiram perceber o trabalho como uma relação social e, sobretudo, política, com capacidade de interagir com seus colegas e reivindicar melhores condições de trabalho nas suas futuras ocupações. Todos os educandos admitiram a contribuição dos cursos de qualificação profissional para a melhoria da autoestima e para o desenvolvimento de relações pessoais mais amistosas no ambiente de trabalho. Quanto aos conhecimentos relacionados à formação social, os princípios de “ética” e “respeito” no trabalho, foram os mais mencionados como conteúdos relevantes para a sua formação profissional e nas relações cotidianas. A dimensão política, apreendida pelos educandos, também esteve limitada a estes conceitos, como sendo necessários às relações sociais na família e no trabalho.

Quando as mesmas questões foram colocadas para indivíduos com mais idade, outra compreensão foi revelada. O sentido do sujeito mais maduro candidatar-se a um curso profissionalizante, pareceu estar associado à ideia de melhorar suas qualidades no trabalho e sua condição financeira, sendo mais marcante a postura e a noção da responsabilização individual em melhorar sua condição de vida. A compreensão de que o curso de qualificação profissional pode melhorar as relações interpessoais e a autoestima dos indivíduos foi compartilhada por todos os alunos, como reconhecimento da necessidade da qualificação social quanto à melhora da postura pessoal e profissional, como parte do conteúdo ministrado, embora não tenham percebido a ausência do assunto,

relacionado aos temas da política ou dos direitos do trabalhador, como parte integrante de uma formação cidadã.

O que se tornou motivo de reivindicação dos alunos foram os conteúdos práticos para lhes instruir no desempenho de uma função no trabalho, com menos interesse para os aspectos subjetivos que envolvem o trabalhador. A motivação maior dos educandos concentrou-se sobre a necessidade de encontrar emprego, demonstrando-se menos preocupados com uma formação profissional mais demorada que pudesse garantir uma vida mais segura e com maiores rendimentos. Tendo como referência as reflexões de Antunes (2006) e Castel (1998), a respeito das transformações na subjetividade do trabalho, observou-se um comportamento mais acomodado, por parte dos sujeitos abordados, em relação às exigências do mercado de trabalho e com o processo de desinserções. As suas preocupações estavam localizadas no que poderiam ter “agora”, o que termina por privilegiar a “instrução” profissional em detrimento da “formação”, favorecendo também o trabalho flexível e com baixa remuneração.

De um modo geral, observou-se certo imediatismo, por parte dos mais jovens, em conseguir uma colocação no mercado de trabalho em funções que exigem menor qualificação e também menores salários. O fato de se encontrar empregado, mesmo que seja ganhando pouco, termina por atrapalhar a própria formação profissional do indivíduo, uma vez que este dispõe de menos tempo para estudar. Além disso, passa a assumir responsabilidades maiores, ao contribuir com o sustento da família ou, ainda, encanta-se com as oportunidades que se abrem, em função de ganhar dinheiro, tornando-se, supostamente, mais sociável com os amigos, podendo adquirir bens e usufruir de outros prazeres que só o mercado pode proporcionar, ao incluir os sujeitos na dinâmica do consumo.

Quanto aos conteúdos mais subjetivos, constantes na qualificação social sobre cidadania, a compreensão geral para os alunos do curso de hotelaria concentrou-se, igualmente, em relacionar a cidadania aos conceitos de ética e respeito no trato com o outro, não conseguindo estabelecer ligação com a dimensão política e não alcançando um entendimento sobre os direitos e deveres do cidadão e, menos ainda, sobre a possibilidade de este ser um sujeito atuante na sociedade. O interesse do grupo limitou-se ao campo político-partidário local, que fazia parte do seu cotidiano e servia para compor a pauta de conversas com os amigos e com a família. Os educandos não perceberam que o envolvimento com questões de interesse da comunidade, na intenção de melhorar a prestação dos serviços públicos e reivindicar por melhores condições de vida, faz parte de uma ação política e cidadã, podendo ter reflexos positivos no seu cotidiano. A possibilidade de existir como sujeito político, pareceu ignorada por um comportamento corrompido por valores individualistas e uma atitude consumista, que tendem a menosprezar os princípios de solidariedade e a integração pelo trabalho na sociedade, conforme assinalou Castel (1998), culminando numa participação débil dos sujeitos no controle das instituições públicas. Este aspecto também já foi constatado junto ao segmento dos trabalhadores, no espaço do conselho de trabalho e emprego, demonstrando a fragilidade política dos sujeitos.

Observou-se que a dificuldade, apresentada pelos educandos, em se identificarem como sujeitos políticos, também não foi adequadamente trabalhada pelo educador, cometendo falhas graves, tanto na formação quanto na metodologia utilizada com os alunos. Foi notória a dificuldade de apreensão do conceito de cidadania, da importância dos direitos trabalhistas e da possibilidade de reconhecer o educando como um sujeito político e de ação. Este comportamento, alheio à dimensão da vida política na sociedade, foi se reproduzindo como estranhamento sobre outros temas apresentados na sala de aula, como ocorreu quanto ao distanciamento para com as entidades que representam os trabalhadores. De um modo geral, os educandos não manifestaram interesse pelo tema da atividade sindical e nem se viram participantes destas entidades, por não as considerarem fazendo parte do seu mundo. A anomia política verificada no comportamento dos educandos para com a representação dos trabalhadores, segmento ao qual deveriam estar vinculados no futuro, refletiu a sua falta de noção quanto ao problema do emprego, pois não se perceberam enfrentando situações de trabalho precário, sem proteção e com

baixos salários necessitando, assim, de se fazerem presentes politicamente por meio dos sindicatos para conquistar melhores condições de trabalho. Os valores individualistas, propalados pelo mercado, terminaram por desqualificar também o papel político dos sindicatos, dificultando a legitimidade dos representantes dos trabalhadores na busca por direitos e enquanto entidade necessária ao processo de construção de uma participação democrática, questão abordada por Nogueira (2005).

Com base na pesquisa realizada, apesar de notórias as falhas na execução de alguns cursos de qualificação do PlanTeQ-Paraíba², de um modo geral, os educandos demonstraram acreditar que o curso de formação profissional serviu para atender suas expectativas e conseguir formar o aluno para enfrentar o mercado de trabalho e encontrar um emprego, permitindo o desempenho de alguma função a partir dos conhecimentos adquiridos. Os instrutores também foram avaliados positivamente, ressaltando-se sua capacidade de ministrar as aulas e seu interesse em atualizar os conteúdos. Como não conseguiram identificar qualitativamente as falhas no processo metodológico e o real prejuízo causado pela infraestrutura inadequada, além de não saberem verbalizar seus anseios, ficou a impressão de que o tempo das aulas foi pouco, parecendo-lhes que um curso mais longo resolveria o problema.

Quanto ao curso de recepção e atendimento do Sistema S, os alunos avaliaram como tendo sido de grande importância para a sua formação e com conteúdos relevantes e adequados para o qual se propunha. O instrutor também recebeu uma avaliação positiva, sendo reconhecido por todos como competente para desempenhar a função. Além disso, não foram registradas críticas a respeito da infraestrutura e dos equipamentos ou procedimentos utilizados para a realização do curso. Predominou um comportamento acomodado e receptivo para com as instruções recebidas, embora também tenham revelado a necessidade de fazer outros cursos, o que pode indicar a sensação de despreparo e insegurança diante das exigências do mercado de trabalho, atitude semelhante a que foi verificada no grupo focal para o curso de hotelaria, conforme apresentado anteriormente.

Considerações finais

Verificou-se que a formação cidadã dos sujeitos, enquanto proposta presente no PNQ/PlanTeQ-Paraíba, encontra-se comprometida, tendo em vista os cursos não oferecerem condições para preparar os educandos para uma atuação política participativa. Além disso, a inserção social e profissional dos trabalhadores apresentou-se cada vez mais condicionada às normas estabelecidas pelo mercado de trabalho. Somente a instrução técnica não é suficiente, pois os alunos “precisam” ter seus valores sempre adaptados às exigências dos padrões e submetidos ao seu controle.

Mostrou-se uníssona a discussão de que o processo de construção da política de qualificação profissional é, em sua definição, complexo e problemático, já que envolve uma compreensão multidisciplinar, passando pelos campos da educação, pedagogia, sociologia, economia, psicologia, entre outros, que, nem sempre estão conectados no sentido de avançar metodologicamente. Foi possível deduzir desses depoimentos que a dificuldade dialógica entre os sujeitos e as áreas científicas, pertinentes ao processo de construção da política pública de qualificação, vem criando entraves para a superação dos seus próprios limites teóricos e das falhas na sua execução, conforme destacou Oliveira (2006). Como consequência, o programa de qualificação tende a concentrar-se e identificar-se com uma abordagem mais quantitativa e mercadológica, na qual o que realmente importa são os números da qualificação e da empregabilidade, sem maior preocupação com a efetividade da formação política dos sujeitos e com uma inserção social que lhes traga dignidade e criticidade, e não somente o direto de serem consumidores. Aqui, notou-se uma tensão de valores, pois, como sujeito político, seria mais importante que pudesse ser vivo e visível por seus ideais humanos e sociais, e não servir apenas de potencial consumidor indispensável para mover as engrenagens do capitalismo.

² Considerando as colocações realizadas pelo grupo focal no curso de hotelaria (bebidas e alimentos).

O sentido de construção social da política pública de qualificação profissional, trazido pelo PNQ, é muito mais amplo do que vem se dando na realidade, pois implica na construção de um aparelho organizativo e institucional que tem o setor privado como seu maior parceiro na logística de execução dos cursos. Por isso, faz-se necessária a criação de um compromisso social sério, entre setor público e privado, que promova o envolvimento dessas esferas no desenvolvimento de estratégias de ensino que ultrapassem a instrução meramente técnica e mercadológica. Igualmente, deve-se estimular a integração dos demais programas de emprego e da política social, para que se consiga maior aproximação do conceito de qualificação profissional e social, no seu sentido amplo.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo (2005). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo.

_____. (Org.) (2006). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo.

AZEREDO, B. (1998). **Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades**. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp-IE.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação - PNQ**. 2003. <http://www.mte.gov.br/pnq>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

CASTEL, R. (1998). **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes.

COHN, A. (2000). **A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania**. In: MOTA, C. G.. (Org.). Viagem completa: a experiência brasileira (1500-2000): A grande transação. 2ª edição, São Paulo: SENAC São Paulo.

DAGNINO, Evelina (1994). **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, Evelina (org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

DEDECCA, C. S. (1998). **Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90**. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp-IE.

GOHN, Maria da Glória (2005). **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo, Cortez.

HARVEY, D. (2006). **Condição pós-moderna**. 15ª edição, São Paulo: Edições Loyola.

IANNI, O. (1986). **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

IVO, Anete Brito Leal (2006). **A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990**. In: CIDAMORE, A., DEAN, H. e SIQUEIRA, J. (Orgs). A pobreza do Estado. Buenos Aires, CLACSO.

- MARTINS, J. de S. (1997). **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus.
- MANFREDI, S. M. (1998). **Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, n. 64, ano XIX, p. 13-49, set..
- MORETTO, A. J., GIMENEZ, D. M. e PRONI, M. W. (2003). **Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil**. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2005). **Um Estado para a sociedade civil**. 2ª ed., São Paulo, Cortez.
- OLIVEIRA, R. V. de (Org.) (2006). **Qualificar para quê? Qualificação para quem?** Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG.
- ORTEGA, Antonio Santos, OCANÃ, Carmen Montalbá e FARELO, Rocío Moldes (2004). **Paro, exclusión y políticas de empleo: aspectos sociológicos**. Valencia, Tirant lo Blanch.
- PAIVA, V. (1995). **Inovação tecnológica e qualificação**. Educação & Sociedade, Campinas: Papirus, v. XVI, n. 50, p. 70-92, abril.
- PARAÍBA. Secretaria de Desenvolvimento Humano. **Apontamentos Acerca da Dimensão Político-pedagógica**. João Pessoa, Hotel Marinas. SEDH, FAT, MTE, Governo da Paraíba. Seminário realizado em 12 de março de 2010.
- SANTOS, W. G. dos (1987). **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus.
- SANTOS, B. de S. (2002). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia representativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, M. O. da S. e; M. C. YASBEK e GIOVANNI, G. di. (Orgs.) (2006). **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 2ª edição, São Paulo: Cortez.
- TELLES, Vera da Silva (2001). **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia, Editora 34.
- TEIXEIRA, E. (2001). **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo, Cortez; Recife: Equipe; Salvador: UFBA.
- TOMASI, A. (Org.) (2004). **Da qualificação à competência: pensando o século XXI**. Campinas: Papirus.